

CAPITALISMO E MULTICULTURALISMO: O CASO DA FINANÇA ISLÂMICA

José Pedro Teixeira Fernandes - Docente do ISCET

RESUMO

Em *Capitalismo e Multiculturalismo* procura-se compreender as interacções que se estabelecem entre dinâmica capitalista ligada à globalização e as sociedades onde as empresas multinacionais desenvolvem actividades. O objectivo específico é tentar avaliar as possíveis consequências, para o conjunto da sociedade, das actuações abrangidas pelo chamado *Corporate Multiculturalism*. Para o efeito, o multiculturalismo é analisado na sua dupla vertente de facto da vida e de ideologia e utopia contemporânea «marxista-cultural»/pós-nacionalista. Quanto às actuações económicas e empresariais são vistas para além da estrita óptica da Economia, onde as consequências sociais tendem a ser consideradas simples externalidades. A análise é ainda completada com um *case-study* sobre a finança islâmica e o interesse que importantes instituições financeiras ocidentais e governos demonstram por esta. Por último, são efectuadas algumas reflexões sobre a curiosa convergência de ganhos entre o capitalismo (neo) liberal e o multiculturalismo ideológico.

ABSTRACT

In *Capitalism and Multiculturalism* I seek to understand the interactions that take place among capitalist dynamics linked to globalization and the societies in which multinational companies are active. The specific objective is to assess the possible consequences for the society as a whole, of the so called Corporate Multiculturalism. With this purpose, multiculturalism is examined in its double strand, as a fact of life and and contemporary «cultural marxist»/post-nationalist ideology and utopia. The corporate performance is also seen beyond the narrow perspective of Economics, where the societal consequences tend to be regarded as externalities. The analysis is further supplemented by a case-study on Islamic finance and the actions to grasp this business by several major international financial institutions and Western governments. Finally, some considerations are made about the curious convergence of gains between (neo) liberal capitalism and the ideological multiculturalism.

The recent election has probably settled one long-standing debate: It's worth investing in multicultural markets, whether to win a political campaign or business revenue. In fact, the success of President-elect Barack Obama's campaign provides a case study for building a brand with appeal to nearly every demographic segment of American society.

Esther Novak (2008)

[...] the ideal form of ideology of this global capitalism is multiculturalism, the attitude which, from a kind of empty global position, treats *each* local culture the way the colonizer treats colonized people—as 'natives' whose mores are to be carefully studied and 'respected' [...] In other words, multiculturalism is a disavowed, inverted, self-referential form of racism, a 'racism with a distance'—it 'respects' the Other's identity, conceiving the Other as a self-enclosed 'authentic' community [...].

Slavoj Žižek (1997, p. 44)

1. O CAPITALISMO (NEO)LIBERAL NA ACTUAL GLOBALIZAÇÃO

Sendo a globalização um processo complexo, multifacetado e objecto de várias conceptualizações, um dos seus aspectos mais consensuais é a afirmação e expansão do modelo capitalista (neo)liberal, que ocorreu para a generalidade da economia mundial. A expansão global do capitalismo de mercado de tipo (neo)liberal – elogiada ou vilipendiada segundo visões de economia e de sociedade diferentes, se não mesmo antagónicas –, é normalmente vista como tendo origem nas políticas de desregulação dos mercados e de liberalização da economia empreendidas, implementadas a partir do início da década de 80. Nessa época, iniciou-se uma reversão das políticas económicas keynesianas e da lógica social do *welfare-state* (estado-providência) que lhe estão normalmente associadas, as quais, após a crise financeira de 2008, voltaram a ser vistas por muitos como a orientação económica e social mais

justa e eficaz. Uma das características mais marcantes e óbvias dos desenvolvimentos capitalistas das duas últimas décadas foi a sua expansão para mercados até aí afastados do modelo capitalista de economia – o caso mais notório é o dos ex-países socialistas-comunistas, os quais seguiam um modelo de direcção central planificada de tipo soviético. Uma segunda expansão a que paralelamente se assistiu, ocorreu para esferas da vida humana e/ou sectores de actividade tradicionalmente não submetidos às leis do mercado, nem às práticas típicas de gestão de tipo empresarial (num processo que os críticos mais cáusticos qualificam como estando na origem de uma crescente mercantilização da vida humana). Quanto à terceira característica marcante da expansão global capitalista das últimas décadas, foi a crescente adaptação a forças de trabalho e a consumidores (mercados) cada vez mais heterogéneos culturalmente – ou seja, multiculturais –, sendo este processo sobretudo detectável nas estratégias de actuação das empresas multinacionais. É este último aspecto do capitalismo que vai ser objecto da análise que a seguir efectuamos. O objectivo é não só procurar compreender as interacções que se estabelecem entre a actuação empresarial e as sociedades onde as empresas multinacionais actuam, como, sobretudo, tentar avaliar as diferentes consequências para a sociedade do chamado *Corporate Multiculturalism*. Assim, a perspectiva adoptada nesta análise vai para além da óptica tradicional da economia clássica e neo-clássica, onde tais consequências tendem a ser vistas como (meras) externalidades. Vamos recorrer ainda a um *case-study* sobre a finança islâmica, na medida em que este permitirá, em concreto, observar as interacções que se estabelecem entre o mundo empresarial e as tendências da sociedade, bem como analisar a maneira como as empresas procuram tirar partido destas.

2. AS DIVERSAS ACEPTÕES DO TERMO MULTICULTURALISMO

Antes de avançarmos na nossa análise, uma primeira precisão que é se impõe efectuar é de tipo conceptual. Um pouco à semelhança do que se verifica com o capitalismo (neo)liberal, o qual pode, naturalmente, ser objecto de várias conceptualizações, como contém, ainda, uma dimensão ideológica – que alguns dirão ser mesmo

a mais importante –, similar fenómeno ocorre com o multiculturalismo onde esta questão adquire ainda uma maior intensidade. De facto, é fácil constatar que nem na linguagem comum, nem, por vezes, em textos de perfil mas académico, é claro o sentido em que o termo multiculturalismo está a ser usado. Vamos então procurar clarificar esse uso, onde, simplificando a questão, podemos detectar duas grandes acepções: a) o multiculturalismo como ideologia/utopia política; b) O multiculturalismo como realidade sociológica e de mercado. Vejamos, em concreto, como estas se podem definir.

a) O multiculturalismo como ideologia/utopia política

Quando se analisa com alguma atenção o multiculturalismo, especialmente sob o plano das ideias, não é difícil detectar neste os contornos de uma ideologia política (pós-moderna) e da existência, que lhe está subjacente, de uma dimensão de tipo utópico associada a um certo ideal contemporâneo de sociedade perfeita. Comparando-o com o capitalismo (neo)liberal verificamos também que, um pouco à semelhança deste, beneficiou também do final da Guerra-Fria e do confronto ideológico socialismo-comunista versus capitalismo liberal para se expandir, aproveitando similar “janela de oportunidade”. Aqui, o lado mais curioso é que esta faceta ideológica que impregna o multiculturalismo passa muitas vezes despercebida. As explicações para isto podem ser várias. Uma das explicações é, certamente, a percepção errónea, mas largamente difundida, de a humanidade ter entrado numa nova era de “fim das ideologias” e de “fim da história”. Esta percepção facilitou, paradoxalmente, a sua expansão ao não ser percebido como uma ideologia (política). Todavia, quando vemos o multiculturalismo sob este prisma constatamos, facilmente, que este teve uma progressão não menos “hegemónica” no terreno da Cultura (entendida em sentido amplo), quanto o capitalismo (neo)liberal teve no terreno da Economia. Um dos aspectos mais interessantes deste multiculturalismo ideológico é que este parece estar a funcionar como uma espécie de “terapia de substituição” de duas modernas ideologias/utopias: i) a ideologia marxista da sociedade sem classes – sem propriedade privada, libertada da

ineficiência e da exploração dos mecanismos de mercado e dotada de uma economia cientificamente planificada; a ii) a ideologia nacionalista tendo como arquétipo a nação única e homogéna, herdeira de um passado histórico real ou imaginado, que alimentou a formação e expansão territorial dos estados-nação nos séculos XIX e primeira metade do século XX. Ambas, quando levadas à prática, acabaram por gerar situações de conflito e/ou violência de maior ou menor dimensão.

No lugar destas ideologias/utopias cujo realização prática acabou por lhe retirar grande parte do atractivo que tinham no plano das ideias, tem vindo a instalar-se o ideal da criação de sociedades multiculturais onde “todas as culturas e grupos têm igual valor”. Não é difícil descortinar, também aqui, um novo lado utópico plasmado na crença que diferentes grupos e culturas podem conviver facilmente e de forma harmoniosa, num ambiente onde o sistema político-jurídico-judicial reconhece e promove as respectivas identidades. Assim, a diversidade cultural surge com a promessa implícita da felicidade humana, sucedendo, de alguma forma, às descredibilizadas promessas de felicidade de uma sociedade sem classes ou da nação única e homogéna. Sendo um fenómeno complexo, o multiculturalismo ideológico parece resultar, pelo menos em parte, de uma metamorfose complexa do pensamento marxista. Aparentemente, a perda de relevância deste no campo da Economia Política, terá sido compensada com uma deslocação e reconfiguração, sob outras formas, no terreno da Cultura, segundo uma lógica que parece obedecer sobretudo à ideia gramsciana de criar “trincheiras de resistência” e de combater a “hegemonia cultural da burguesia”.

Nesta metamorfose, ao economista político, ao filósofo social e ao jurista, herdeiro do pensamento dos socialistas “utópicos” (como Saint-Simon, Charles Fourier, David Owen, etc.) e “científicos” (personificados por Karl Marx, Friedrich Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, etc.), sucederam o antropólogo cultural, o sociólogo e o teorizador dos estudos culturais, inspirados nos trabalhos de Margaret Mead, Ruth Benedict, Claude Lévi-Strauss,

etc... Quanto ao tradicional imaginário marxista, que erguia o proletário ao arquétipo de cidadão-modelo na sociedade perfeita, sem classes, que recusava a “exploração do homem pelo homem”, sucedeu o imaginário multiculturalista. Este ergue agora os grupo minoritários e as culturas não ocidentais a modelo de sociedade perfeita. Nesta metamorfose, parece haver também outras analogias. Na sociedade perfeita marxista o indivíduo não tinha existência própria fora do colectivo, entendido como o partido ou o estado socialista-comunista. Na sociedade perfeita multiculturalista o indivíduo (praticamente) não tem existência autónoma fora do grupo ou da cultura, os quais surgem com direitos inalienáveis que devem ser reconhecidos na esfera pública. A identidade (com excepção da velha identidade *old fashion* das tradicionais nações ocidentais), surge agora como algo “sagrado”, uma espécie de *identitat über alles*, parafraseando o conhecido slogan do nacionalismo germânico do século XIX. Não é, por isso, sem substância, a crítica dirigida por Alain Gérard-Slama à obsessão multiculturalista contemporânea com a noção de identidade, que este denuncia como estando imbuída de um espírito totalitário (Caroline Fourest, 2009, p. 121).

b) O multiculturalismo como realidade sociológica e de mercado

Ao contrário do sentido prescritivo anteriormente enunciado, no seu sentido descritivo o termo o multiculturalismo não contém os ambiciosos intuitos de transformação e/ou subversão de uma sociedade monocultural inerentes à ideologia multiculturalista. Pretende antes, de forma bastante mais modesta, referir-se à diversidade cultural observável de facto na sociedade e, eventualmente também, encontrar formas de pragmaticamente de tirar partido desta. É sobretudo neste segundo sentido que nos interessa o conceito de multiculturalismo pois é este o sentido mais relevante em termos económicos e empresariais. Como também facilmente se pode antever, nesta óptica, os grupos étnicos, culturais e/ou religiosos bem como os movimentos sociais são vistos como dados objectivos engendrados por mudanças sociológicas do ambiente externo à empresa.

Mas a lógica estratégica empresarial leva a não ficar passivo face a estas tendências do ambiente. O objectivo é, por isso, tentar transformar tais mudanças na sociedade em oportunidades, procurando encontrar novas respostas para a gestão da organização (por exemplo, através de uma maior diversidade na força de trabalho) e/ou abordagens de mercado eficazes (por exemplo, através de uma melhor segmentação do mercado e da sua adaptação às diferentes culturas, grupos e gostos). Desta forma, como asinala Andrea Semprini (2000, p. 102), “o horizonte de referência do *Corporate Multiculturalism* é económico, o seu sistema de funcionamento é pragmático e o seu quadro de movimentação é internacional”. Note-se que aqui acaba por existir também um ponto de contacto óbvio com o sentido ideológico do termo, pois, em ambos, embora por razões substancialmente diferentes, pretende-se ultrapassar o “estado-nação como quadro de referência ‘natural’ do espaço social”. Todavia, o multiculturalismo empresarial pretende, essencialmente, “fazer da diferença um argumento de venda”, tirando partido da globalização. “O cosmopolitismo, a diferença, os grupos étnicos, tornam-se assim mercados, formas culturais compatíveis com a economia capitalista no seu processo de globalização actual. Os principais actores deste modelo que encena a diferença são as grandes marcas multinacionais como a Benetton, a IBM, a Coca-Cola ou a CNN. Certos acontecimentos desportivos fortemente mediatizados – os jogos olímpicos, os campeonatos de futebol – tornaram-se igualmente ícones de uma alegre coabitação multicultural”. Este multiculturalismo empresarial tende a ser visto de forma bastante crítica pelos defensores e activistas do multiculturalismo (no sentido ideológico e de utopia social a que nos referimos anteriormente). Como refere também Andrea Semprini (*idem*, p. 103), estes últimos denunciam “o carácter ideológico do *Corporate Multiculturalism* censurando-lhe o facto de encenarem situações de gestão bem sucedida da diversidade, similares à efectuada pela retórica do *melting pot* para a integração das minorias na norma multicultural dominante”. (Isto, como se o seu próprio multiculturalismo fosse algo neutral e não tivesse um carácter ideológico, quando, na realidade, este é ainda mais vincado, como já tivemos oportunidade

de mostrar...). No caso dos críticos mais radicais, como Slavoj Žižek (1997, p. 44), a crítica vai ainda mais longe afirmando este que o multiculturalismo (empresarial) é uma forma de “tratar *cada* cultura local da mesma maneira como o colonizador tratava os povos colonizados—como ‘nativos’”, concluindo então que estamos perante uma nova “forma de racismo”, uma espécie de “‘racismo com distância’”, o qual, (apenas) em teoria, “‘respeita’ o Outro”. Para avaliarmos melhor o *Corporate Multiculturalism*, e, sobretudo, o impacto societal das suas actuações, vamos analisar em seguida uma situação específica que decorre do actual capitalismo globalizado. Conforme já referido, a análise vai incidir, em concreto, sobre interesse das empresas financeiras ocidentais pela configuração e oferta de produtos direccionados não só para mercados árabes e islâmicos como para consumidores muçulmanos em sociedades ocidentais, tendo como referência as sociedades britânica e a francesa.

3. CASE-STUDY: A FINANÇA ISLÂMICA

Nos decurso dos últimos anos, várias instituições financeiras europeias e ocidentais têm vindo a aumentar a oferta de produtos financeiros de acordo com a *sharia* islâmica. Entre essas instituições encontram-se nomes bem conhecidos a nível internacional como o da UBS (originalmente fundado pela Union Bank of Switzerland que, entretanto, se fundiu com o Swiss Bank Corporation), o Barclays, a AIG (American International Group) – seguradora que, na sequência da crise financeira de 2008, teve de ser salva da insolvência pelo governo federal dos EUA –, a Swiss Re, a Allianz, o Citi (Citigroup), o Deutsche Bank, o Morgan Stanley, o HSBC (originalmente Hongkong and Shanghai Banking Corporation) e o Lloyds TSB Bank (secundadas, entre outras, pela agência de *rating* Moodys, que avaliou o potencial deste mercado em 800 biliões de dólares). Estes avanços na área da finança islâmica foram acompanhados também pelas principais praças financeiras ocidentais e pelos seus índices de mercado: em Nova Iorque foram criados os *Dow Jones Islamic Market Indexes*. Por sua vez, na *city* londrina o surgiu o *FTSE Sharia Global Equity Index Series*.

Para certificarem a conformidade dos seus produtos face às prescrições da *sharia*, as instituições financeiras ocidentais contrataram teólogos-juristas muçulmanos, integrando estes, por vezes, nos órgãos de gestão dessas instituições, ou então, situação mais vulgar, fazendo parte de um conselho consultivo. Um dos mais conhecidos é o xeique Yusuf Talal DeLorenzo estabelecido em Washington, na capital federal dos EUA. Outro teólogo-jurista muçulmano incontornável é o xeique Yusuf al-Qaradawi, de origem egípcia e estabelecido no Qatar onde dirige o *site* na Internet *Islamonline* e que vê na economia islâmica um substituto para o capitalismo ocidental. Quanto ao mufti Muhammad Taqi Usmani, ex-juiz do Supremo Tribunal Federal *Sharia* do Paquistão – envolto em controvérsia pela pouco empresarial afirmação de que os “muçulmanos devem viver em paz até que sejam suficientemente fortes para lançar a *jihad*” –, também integra este grupo restrito de estrelas da finança islâmica ao serviço de instituições ocidentais ou de países árabes e islâmicos.

Aparentemente indiferentes a estas polémicas, alguns governos europeus mostram um interesse directo nas possibilidades da finança islâmica. Em França, o país da Europa Ocidental com o maior número de muçulmanos religiosos ou sociológicos, a ministra da economia, Christine Lagarde, tem procurado, desde a crise económica e financeira de 2008, atrair investimento e capitais dos emiratos árabes através de uma política de estímulos fiscais. Mas, para a entrada das instituições bancárias no negócio da finança islâmica no mercado francês, nomeadamente para a emissão de obrigações “islamicamente correctas”, os estímulos fiscais mostraram-se insuficientes. De facto, no caso da França, o edifício legislativo encontra-se enquadrado pela lei *laïcité* de 1905, a qual estabelece uma separação estrita das igrejas do estado. Assim, a emissão por instituições financeiras de produtos “multiculturais” islâmicos implica alterações legislativas, nomeadamente no dispositivo do código civil nesta matéria. Todavia, tal mudança da legislação, por imperativos empresariais, tem-se mostrado um assunto mais complicado do que noutros países europeus onde a ideologia e políticas multiculturais tradicionalmente prevalecem – é o caso, por exemplo, do

Reino Unido –, gerando-se uma oposição significativa à sua modificação.

Similar atracção pela finança islâmica existe também no Reino Unido. Sem os entraves da *laïcité* e do quadro legislativo francês, o governo britânico anunciou, em inícios de 2008, a intenção de lançar um empréstimo especial obrigacionista configurado de acordo com as regras da *sharia* islâmica. Para Alistair Darling, o chanceler do tesouro do governo trabalhista de Gordon Brown, não se tratava apenas de aceder à grande liquidez de capitais dos países árabes-islâmicos do Médio Oriente, mas de estabelecer pontes com a comunidade muçulmana britânica. Similar entusiasmo parece ser partilhado nas influentes publicações financeiras e económicas britânicas, *Financial Times* e revista *The Economist*, quanto às potencialidades de mercado da emergente finança islâmica e às suas alegadas virtudes de inclusão social e éticas. Nesta última publicação, o dinamismo de crescimento comparativamente aos tradicionais mercados ocidentais, que atrai empresas financeiras, escritórios de advogados de negócios e governos, foi assim retratado:

Western law firms and banks, always quick to sniff out new business, are beefing up their Islamic-finance teams. Governments are taking notice too. In July Indonesia, the most populous Muslim country, said it would issue the nation's first *sukuk*. The British government, which covets a position as the West's leading centre for Islamic finance, is also edging towards issuing a short-term sovereign *sukuk*. France has begun its own charm offensive aimed at Islamic investors. Set against ailing Western markets such vigour looks impressive. The oil-fuelled liquidity that has pumped up Middle Eastern sovereign-wealth funds is also buoying demand for Islamic finance. Compared with the ethics of some American subprime lending, Islamic finance seems virtuous as well as vigorous.

Analisando as estratégias e modos de actuação empresariais

face à finança islâmica verificamos que o assunto é tipicamente configurado como constituindo uma nova “oportunidade de negócio”, um “segmento de mercado” a satisfazer, ou um modalidade financeira que permite tirar partido de “investidores e mercados com liquidez”. Paralelamente a estes argumentos de racionalidade económica e empresarial, os quais, em si mesmos, sugerem já uma imagem positiva, são usados outros com boa ressonância multiculturalista. Estes apelam, sobretudo, a elevados valores morais, ou seja, sugerem explícita ou implicitamente que a criação de produtos financeiros “multiculturais” islâmicos seria expressão de uma espécie de responsabilidade social da empresa capitalista. Este último argumento está bem exemplificado na entrevista de Jean-Paul Laramée, director da *Secure Finance*, organização que é também membro fundador do *Institut Français de Finance Islamique*, à revista *L'Express*. Em resposta a uma questão que lhe foi colocada, sobre as críticas de que a finança islâmica punha em causa o princípio da laicidade estruturante do sistema político-jurídico francês, este afirmou o seguinte:

[...] laïcité ne doit pas interdire de travailler avec des systèmes économiques qui tirent ses principes fondateurs d'une religion. Au contraire, comme le soulignait récemment Mme Christine Lagarde, le système financier conventionnel ferait bien d'intégrer, pour se réformer et construire un meilleur système bancaire mondial, certains principes de la finance islamique. La synergie entre ces deux systèmes doit également permettre d'abandonner tout communautarisme. Le cosmopolitisme est une chance. [...] La finance islamique serait une manifestation formidable de l'intégration des musulmans dans notre société.

Uma nota ainda sobre a questão do juro e/ou usura (*riba*). Entre os aspectos mais curiosos da actual atitude ocidental face a produtos “islamicamente correctos” chama à atenção a maneira tendencialmente benevolente como está a ser encarado o estigma religioso islâmico face ao juro. Nas

sociedades europeias e ocidentais este é normalmente visto como uma coisa do passado, sinónimo de uma mentalidade medieval, incompatível com uma economia moderna e com o progresso – e, não invulgarmente, como um motivo adicional para criticar a Igreja Católica. Todavia, no caso do Islão, similares preconceitos religiosos face ao juro, existentes e bem enraizados no sunismo e xiismo, são já vistos, frequentemente até pelos mesmos críticos, de uma forma diferente, e, sobretudo, com uma atitude mais complacente e simpática: Agora trata-se de produtos “multiculturais” apresentados como uma expressão de “autenticidade” da cultura islâmica, uma forma financeira “ética” ou uma “alternativa” à globalização capitalista sugerindo um “comércio justo”. O paradoxo aqui é curioso. Similar atitude anti-juro não é boa ou má segundo um concepção universalista de ser humano, ou de valores éticos e de progresso comuns e extensíveis à generalidade da humanidade, mas é avaliada segundo uma concepção relativista que parece ter por limite inultrapassável o grupo, a cultura, ou a religião.

4. REFLEXÕES FINAIS

O interesse das instituições financeiras europeias e ocidentais pela finança islâmica insere-se na dinâmica de expansão global da economia capitalista, ligada à necessidade de procura de novos mercados, eventualmente acentuada pela crise financeira e económica iniciada no Verão de 2008. Esta dinâmica, explica, pelo menos em parte, a necessidade de alguma adaptação do modelo capitalista de mercado a novas realidades multiculturais. Permite também compreender o interesse pela diversidade, sobretudo, nas grandes empresas multinacionais, as quais procuram tirar proveito das diferentes características das sociedades onde actuam, usando estratégias de tipo multicultural que levam à segmentação de mercados e/ou adaptação dos produtos. Por sua vez, em termos de força de trabalho, estas tentam também tentar tirar partido das possibilidades conferidas por sociedades cada vez mais heterogéneas. Neste contexto, o interesse pela finança islâmica pode, pelo menos à primeira vista, ser olhado como um desenvolvimento natural destas tendências do ambiente no qual actua a empresa capitalista. Todavia,

quando analisada a questão com mais munícia, o caso mostra outras facetas mais complexas e gera, também, algumas perplexidades.

Uma primeira é a própria adjectivação de “multiculturais”, e, sobretudo, “éticos”, dada aos produtos financeiros islâmicos. Na mente ocidental estas palavras evocam, provavelmente, algo parecido a uma forma de comércio alternativo e justo e que não discrimina nada nem ninguém. A imagem tende a ser favorável, até por contraponto com a memória recente da falta de ética de várias empresas financeiras ocidentais directamente envolvidas no desencadear da crise de 2008, como por exemplo, o Banco Lehman Brothers ou a agência de *rating* Moodys. Todavia, a realidade económica e empresarial não parece confirmar apreciações tão generosas da finança islâmica. De facto, como se pode verificar pela crise grave que afectou e afecta ainda o Dubai – um dos principais mercados emergentes da finança islâmica –, importantes operações de financiamento infraestruturas e projectos imobiliários ficaram a cargo de instituições financeiras actuando segundo princípios islâmicos. Mas não foi por isso que este mercado ficou imune à crise económica e financeira global, nem que não ocorreram situações eticamente dúbias ligadas a instituições financeiras não ocidentais.

Um segunda, que gera alguma perplexidade, está ligada à maneira como o multiculturalismo ideológico acaba por se acomodar com o capitalismo (neo)liberal. Importa recordar que as raízes ideológicas de ambos se encontram em extremos diferentes do espectro político: usualmente encontramos os principais defensores do capitalismo de mercado à direita do espectro político e os defensores do multiculturalismo à esquerda. Por sua vez, os defensores do capitalismo (neo)liberal, que se consideram herdeiros de um pensamento que vai de Adam Smith a Friedrich Hayek, tendem a ser, em assuntos sociais e de costumes “conservadores”; quanto aos defensores do multiculturalismo, que se filiam, como vimos, em Karl Marx, Antonio Gramsci e outros, tendem a ser “progressistas” nestas áreas. É também

bem conhecido que o pensamento económico e político marxista visava erradicar o sistema capitalista e o mercado, considerando-o eticamente reprovável e economicamente ineficiente e gerador de pobreza. Tudo isto levaria a pensar que o capitalismo e o multiculturalismo, pelo menos na sua versão ideológica, não conviveriam com facilidade, para não dizermos mesmo que estariam destinados a confrontar-se. No entanto, a realidade é um pouco diferente e mostra-nos não só acomodações pragmáticas como até sínteses ideológicas à primeira vista improváveis. De facto, mais do que a uma aparente derrocada geral do pensamento marxista (que foi bem real na Economia Política) assistimos, nos últimos vinte ou trinta anos, consoante os países, àquilo que poderíamos chamar uma repartição de esferas de influência sobre a vida humana: para o capitalismo (neo)liberal a Economia, para o multiculturalismo (ideológico) a Cultura. Esta *realpolitik* permite a estas duas elites externalizarem as consequências negativas das suas acções capitalistas e/ou muticulturalistas para a sociedade no seu conjunto – não irá, por exemplo, a aceitação da finança islâmica levar a uma legitimação progressiva da *sharia* islâmica nas sociedades ocidentais? –, sem que a grande maioria dos cidadãos beneficiem dos ganhos económicos e/ou ideológicos que as motivam.

Bibliografia

- Barber, Benjamin (1996), *Jihad versus McWorld. How Globalism and Tribalism are Reshaping the World*, New York, Ballantine Books.
- Bhagwati, Jagdish (2004), *In Defense of Globalization*, Oxford-New York, Oxford University Press.
- Fernandes, José Pedro T. (2010), “A Finança Islâmica nas Sociedades Ocidentais” (em fase de publicação na revista R:I).
- ____ (2006), *Islamismo e Multiculturalismo. As Ideologias Após o Fim da História*, Coimbra, Almedina.
- Fourest, Caroline (2009), *La dernière utopie. Menaces sur l'universalisme*, Paris, Grasset.
- Haenni, Patrick (2005), *L'islam de marché. L'autre révolution conservatrice*, Paris, Éditions de Seuil-La République des Idées.
- Kuran, Timur (2004), *Islam and Mammon: The Economic Predicaments of Islamism*, Princeton-New Jersey, Princeton University Press.
- Laramée, Jean-Paul [dir.] (2008), *La finance islamique à la française: Un moteur pour l'économie, une alternative éthique*, Paris, Bruno Leprince.
- Semprini, Andrea (2000), *Le Multiculturalisme*, 2ª ed. Paris, PUF.
- Stiglitz, Joseph E. (2002), *Globalização. A Grande Desilusão*, trad. port., Lisboa, Terramar.
- Trompenaars, Fons e Hampden-Turner, Charles (1997 [1998]), *Riding the Waves of Culture. Understanding Diversity in Global Business*, New York, McGraw-Hill.
- Watson, Conrad William (2000), *Multiculturalism*, Buckingham, Open University Press.
- Žižek, Slavoj (1997), “Multiculturalism, Or, the Cultural Logic of Multinational Capitalism” in *New Left Review* I, nº 225, Setembro-Outubro, pp. 28-51.